

# Sumário

*Travessias* 7

**Parte I – O campo: caracterização da violência psicológica** 15

1. Cenários para o feminino 16
2. Cenários para o masculino 28
3. Relacionamentos conjugais 39
4. Pensamento gestáltico sobre violência 48
5. Uma mulher casada em psicoterapia 58
6. Um homem descasado em psicoterapia 61
7. Enfrentamento da violência psicológica 69

**Parte II – O fundo** 73

8. Nutrição psicológica, autoconceito e prevenção da violência 74
9. Para compreender e criar, é necessário pesquisar 81
10. Os casais se expressam 96

**Parte III – A Gestalt** 125

11. Desconstruções e reconstruções 126

*Notas* 135

*Referências bibliográficas* 139

*Apêndices – Indicativos para pesquisa* 144



# Travessias

Em 2002, na Universidade Federal do Pará (UFPA), fui interpelada a compreender e enfrentar a violência psicológica. O contato com adolescentes, pais e familiares que experimentaram o sofrimento gerado pela ação abusiva das pessoas próximas foi o mote do chamado e da escuta.

Minha trajetória de pesquisadora tem sido dedicada a investigar alguns eixos: **a)** *Psicodiagnóstico*, que contribui para identificar a queixa e orientar a intervenção clínico-qualitativa; **b)** *Nutrição psicológica*, categoria que ajuda a compreender o autoconceito e a autonomia dos atores que atendo; **c)** *Violências privadas*; **d)** *Éticas do cuidado e de gêneros*, premissas que transcendem a perspectiva normativa e factual que a regra moral carrega para vivenciar e disseminar uma atitude ontológica que favorece a revalidação do humano como referência prioritária da vida.

Durante meu doutoramento em psicologia clínica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em um curso de filosofia com Dulce Critelli, mulher doce e de paciência inabalável para explicar

*Ser e tempo*, obra heideggeriana, ouvi uma asserção sobre a escolha do problema de pesquisa. Ela dizia: *somente estudamos o que tem sentido em nossa vida*.

Ao trazê-la para o cenário de elaboração deste livro, confirmo-a. Ainda assim, perguntei-me inúmeras vezes, no início de minhas incursões no tema da violência conjugal, quais eram minhas motivações para esse tipo de estudo, eu que repudio todas as modalidades de violência.

Algumas respostas foram surgindo, à semelhança do dia que clareia com o amanhecer. Rememorei a vivência de situações em que a violência psicológica esteve circundando.

Quando tinha 6 anos, após o banho, minha mãe queria limpar meus ouvidos. Eu não queria e tentava impedi-la segurando sua mão, até que ela, irritada, dizia: *vai embora*. Eu saía correndo, satisfeita por vencer esse primeiro embate. Entretanto, também perdi vários, já que ela usava a força física para me aprisionar entre suas pernas. De nada adiantava chorar ou espernear. Ela não era “sensível” a meu choro, afinal, como mulher, ela entendia as artimanhas do choro feminino.

Famílias são organizações complexas, dialéticas e ambíguas; campo de diversos choques, ódios e de trânsito voraz de rápidas, variadas e múltiplas emoções que podem coexistir no mesmo dia, conforme os atores e seus atos. Dentro delas, os embates atravessados pela violência psicológica podem contribuir para forjar casamentos precipitados, uniões estáveis e até mesmo namoros que perpetuam o círculo vicioso de aprisionamento dos sujeitos.

Em minha família de origem, a violência psicológica adquiriu uma feição árida por intermédio da figura paterna. Um homem incrivelmente dual, capaz de gestos largos de doação material e de outros, estreitos, em que cobrava de todos, filhos e esposa, “respeito” incondicional, silêncio e submissão. Típico representante da cultura patriarcal machista, para quem o casamento formalmente instituído não estabelecia limites para os desejos e o jugo masculino. Minha mãe, por sua vez, era a representante feminina da mesma cultura.

O modelo feminino de passividade em algumas questões impostas pelo “patriarca”, e o masculino, de pai-machista-patriarca, impeliavam o crescimento de minha rebeldia, que se expandia de várias formas.

Para fugir das imposições paternas, enfrentava-o em embate verbal, desafiando-o e, ao mesmo tempo, afirmando-me como mulher valente que buscava se libertar de qualquer opressão e exercer o direito e o desejo de vivenciar minha plenitude existencial. Diante da “passividade” materna, tornava-me autoritária, incisiva, refratária às chantagens emocionais.

De acordo com Agacinski (1999, p. 6), “até hoje a diferença dos sexos, sempre e em toda a parte, assumiu o sentido de uma hierarquia: o masculino é sempre superior ao feminino, sejam quais forem as aplicações das duas categorias. Trata-se daquilo que Françoise Héritier chama a ‘valência diferencial dos sexos’”.

Embora a perspectiva das autoras apresente a ideia de que a “diferença” entre os sexos se evidencia na estrutura social, os papéis de gênero mudam e é possível haver expressões inversas respectivamente, isto é: homens assumindo posturas menos ativas e mulheres mais ativas. Eu sou uma delas. Escapei aos desmandos paternos e maternos. Alcei voo. Estudei, edifiquei uma profissão e faço escolhas. Deixei de lado o autoritarismo e exerço a autoridade instituída pelo autoconhecimento e legitimada pela instrução, e, no plano institucional, pelo respeito de meus pares.

Acredito no casamento, nas uniões estáveis e no combate da violência psicológica expressa nos relacionamentos, do silêncio punitivo e da palavra ofensiva revestida de estilo e figuras de linguagem, expressas entre casais “instruídos” ou pessoas “esclarecidas” que não vivenciam o embate físico e sim o psicológico, danoso e voraz.

Às vezes a violência se manifesta pelo silêncio. Silêncio que, utilizado inicialmente como recurso temporário de evitação ao confronto, logo se transforma em arreo que emudece e imobiliza o corpo. Outras vezes, a violência está na impossibilidade de silenciar, de abdicar da ânsia de tudo dizer – não importando as consequências que isso tenha. (Souza, 2000, p. 69)

Acredito no amor entre humanos. Na magia que reescreve as regras convencionadas para os relacionamentos cronológicos. Hoje em dia, estão abertas as possibilidades de formar pares de mulheres mais velhas e homens mais jovens. Ainda que à semelhança da agulha no palheiro, creio que seja plausível compor uma relação autêntica, não de exploração, mas de consentimento mútuo.

Compreendo a importância da religiosidade na vida dos casais. Entretanto, sou absolutamente contra as falácias ideológicas manipuladas por qualquer organização ou sistema religioso que institui dízimos, regras, hierarquias entre papéis funcionais na organização das igrejas (pastores, bispos, padres, freiras, irmãos e irmãs...), na medida em que a fé dispensa mediadores seculares.

Para mim, a fé é um encontro entre cada um e o simbólico transcendente que se revela no outro próximo e no outro distante, no vizinho, no aluno, no membro da família que vive na mesma casa, na desconhecida por quem passamos e fingimos não ver, evitando ser alvo de suas demandas.

Recuso-me a aceitar maniqueísmos: *isto é bom, aquilo é mau*. Não frequento templos, problematizar Deus não é minha preocupação cotidiana. O sentido da existência, para mim, é claro. Gosto de proferir, no silêncio, por volta das cinco da manhã, quando acordo, a Ave-Maria de forma poética, em português e francês, que fica belíssima: *Eu te saúdo, Maria, tu que és cheia de graça. Tu que és bendita entre as mulheres*. Ou: *Je vous salue, Marie, pleine de grâce. Vous êtes bénie entre toutes les femmes*.

Aprecio a oração derivada do “creio em Deus criador do céu e da terra”. Não compactuo com a aprendizagem imposta pelos pais e representantes das igrejas de que Deus é homem, representante de uma hierarquia, que vive espiando e tolhendo em vez de orientar e, portanto, *temos de ser bonzinhos*. Esta apreciação da alocução não me faz crer na tese do criacionismo do mundo.

Gosto de sentir a amorosidade do pai e da mãe nossos de cada dia, que estão em casa, na terra, no ar, no mar, nos campos, nas mon-

tanhas do Douro e das Gerais, na Mariz e Barros, no pão de cada dia, na caipirinha, no vinho e na água.

Eu me esqueço de rezar, contudo, quando o faço, é *para agradecer*. Nada peço. Não faço comércio com a fé: se me der isso, dou aquilo. Não me enxergo contraditória por me sentir sem religião, tampouco me imponho nomear uma fé com os códigos conhecidos.

Aprendo muito com os casais que atendo e com as vivências conjugais que já experienciei. Acertos e erros confirmam meu entendimento de que a abertura, o destemor, o respeito à singularidade, admiração mútua, confiança, intimidade, composição de um projeto para o casal e para cada um dos cônjuges são requisitos básicos à conjugalidade. “Sem abertura para o outro e sem capacidade de enraizamento não há como estabelecer relações significativas. Esse é um paradoxo de nosso tempo, e nos conscientizarmos dele nos dá a chance de alcançar um novo estado de consciência que nos permite criar vínculos afetivos e amorosos” (Cardella, 2009).

Além disso, compreendo que o diálogo é o nutriente imprescindível de uma relação afetiva amorosa. Ele é mediador do fortalecimento dos vínculos e do não enraizamento das violências privadas, sobretudo a psicológica.

Vivencio e procuro disseminar a proposta de romper com a “cidadania passiva caracterizada por não assumir sua função soberana, mas apenas de súdita” (Manzini-Covre, 1996, p. 20); favorecendo o exercício da “cidadania ativa, centrada no agir, para compor um existir” (*Ibidem*, p. 21).

Sou favorável à vivência da conjugalidade sem fórmulas, uso exploratório, querer se “dar bem” a custo do sofrimento do outro, prescrições, busca da “metade” que falta, ideia absurda que sugere lacunas em alguém. Sou adepta da perspectiva do encontro amoroso entre subjetividade e alteridade.

Não valido o amor romântico, criação moderna que enclausura e oprime os sujeitos por meio de diferentes formas de controle de algumas mulheres, a quem essa ideologia impôs suas premissas (mor-

rerei se você me deixar) por meio do domínio institucional exercido por família, igreja, escolas, estado; e de alguns homens, através da prescrição da expressão restritiva dos sentimentos (eu não sei dizer que amo você. Precisa dizer? Você não sente?).

Retomo Agacinski (1999, p. 99):

A diferença sexual bem pode ser universal, mas nada nos diz do que se fará com ela na organização prática das relações humanas. Não implica em si própria qualquer instituição particular, qualquer segregação, qualquer hierarquia seja de que ordem for. Não deveríamos, pelo menos, dizer que os dois sexos são naturalmente iguais? Sem dúvida, na condição de precisarmos o que se deve entender por “naturalmente” e de sublinharmos, portanto, o caráter político da ideia de igualdade... Cujo valor político não se assenta na ideia clássica de verdade... Dizer que os homens e as mulheres são iguais não significa que sejam idênticos: o princípio de igualdade não exclui, portanto, o reconhecimento da diferença.

A violência psicológica que ocorre no interior das uniões estáveis ou dos casamentos é o tema deste livro. Diferenciar os signos *meio* e *entre* converge com o pensamento buberiano. O *entre* é onde o encontro acontece. Nele, a violência psicológica não ocorre. Porém, encontros somente ocorrem quando um escuta e responde ao outro de modo autêntico. Encontros são intrapessoais e interpessoais, e quando ocorrem são libertadores. A cada dia aprofundo o encontro comigo mesma esclarecendo minhas necessidades, o que posso oferecer e o que desejo do companheiro.

A violência psicológica é uma modalidade de agressão de grande incidência nas relações conjugais e aparece sem que, usualmente, seja reconhecida pelos cônjuges, sobretudo pela mulher.

A Delegacia da Mulher e a clínica-escola da Universidade Federal do Pará foram os espaços institucionais de produção deste livro. O objetivo primeiro e último deste trabalho é cooperar com os esforços coletivos para atualizar e renovar nossa humanidade, tão fragilizada



pela supressão de valores éticos. Esses são alguns dos sentidos sociais do trabalho de nosso grupo.

A chacota, o deboche, a desqualificação, o desrespeito, a humilhação e o isolamento são configurações da violência psicológica que nos preocupam.

A pesquisa clínico-qualitativa realizada por meio da psicoterapia gestáltica de casais e a identificação da formação do autoconceito de homens e mulheres fazem parte dos procedimentos teórico-metodológicos do estudo.

O livro está organizado em três partes: o campo, em que caracterizo a violência psicológica; o fundo, em que proponho a nutrição psicológica para enfrentar a violência que atinge o casal; e a Gestalt, com elementos que podem oferecer indicativos para a desconstrução da violência e reconstrução da afetividade e do vínculo.

Os capítulos que integram a obra examinam a socialização dos gêneros masculino e feminino; a violência psicológica; uma visão gestáltica da desestruturação da violência; psicoterapia de casais e a identificação do autoconceito como ferramentas de coleta de dados; resultados da pesquisa baseada na intervenção clínica e na investigação qualitativa.

*Adelma Pimentel*



PARTE

I

# O campo: caracterização da violência psicológica

# 1

## Cenários para o feminino

*A existência de outras consciências é um aspecto contingente da existência humana.*

(Nye, 1995, p. 103-4)

Mulheres, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, homossexuais, homens e casais, todos praticam e sofrem violência psicológica.

A chacota, tirar sarro do outro, uma piadinha sobre qualquer tema, perder o amigo mas não perder a pilhéria são caricaturas que circulam no cotidiano e evocam a questão: qual a fronteira entre brincar e promover violência psicológica?

Uma fronteira é a satisfação unilateral obtida por meio da desqualificação e desrespeito ao outro. A brincadeira “perversa” e a violência têm a mesma raiz – ambas podem ferir a autoestima e o autoconceito de quem as sofre.

A violência psicológica entre casais é uma modalidade de agressão que aparece frequentemente nas relações sem que seja reconhecida pelos cônjuges, sobretudo pela mulher.

Muitas ações para combater a tirania da violência têm sido enviadas em universidades, em movimentos sociais e, conjuntamente, por mulheres e homens que integram grupos mobilizados nesse sentido.

A libertação individual e coletiva<sup>1</sup> vem sendo fomentada em vários espaços: no centro comunitário, nas famílias, no teatro, na literatura e em diversas obras científicas.

Beauvoir (1979, p. 186) enfocou o “destino”, a história, os mitos da mulher, que identificou como “o segundo sexo”. Este também é o título do livro que escreveu na França, em 1949, e continua bastante atual. “Em conjunto, elas ainda se encontram em situação de vassalas. Disso decorre que a mulher se conhece e se escolhe, não tal como existe para si, mas tal qual o homem a define.”

Nye (1995) é uma escritora preocupada com o papel e com o compromisso social de cada um para combater a opressão que atinge as mulheres. Escreveu uma obra rica e interessante, em que focaliza aspectos das teorias feministas de base marxista, socialista, existencialista e linguística. Especificamente acerca da perspectiva existencialista, analisou a obra da Beauvoir filósofa, que descreveu a condição existencial das mulheres que viviam no século XX.

O existencialismo de Beauvoir era uma tentativa de situar a dinâmica de uma opressão que não era específica do socialismo nem do capitalismo (p. 97).

É com a análise da consciência que deve começar o estudo da condição humana e da condição da mulher. Se os indivíduos não são teoricamente importantes, então as relações entre eles também não o são. A relação do homem com a mulher torna-se significativa só como símbolo da progressividade de uma sociedade. (Nye, 1995, p. 97, 100)

Beauvoir, citada por Nye, examina a subjetividade e a singularidade de sem dar a elas um caráter de “essência”. Este é um princípio que considero imprescindível ao estudo e à prática clínica em Gestalt-terapia.

Não creio que haja uma essência universal de crianças, adolescentes, mulheres e homens. Desse modo, não há como promover uma atualização dos saberes recaindo em tendências e codificações “fáceis” dos sujeitos que vivenciam a violência psicológica em categorias fixas: mulheres como vítimas e homens como algozes.

Na relação, convivemos, fluímos e transitamos entre papéis e perspectivas. Assim, mulheres e homens podem se alternar no tras-passe entre tais papéis, sendo dialeticamente ora vítima, ora algoz, ou sujeitos livres e amorosos.

Devemos compreender que a transformação subjetiva e social deriva de políticas públicas para educação, trabalho e cultura, de procedimentos relacionais e da renovação dos processos educativos informais praticados pelas famílias.

Nas famílias renovadas, os meninos não sucumbirão mais ao jugo da orientação redutiva pela aprendizagem do vigor, da força, da potência, da omissão do autocontato e da expressão dos sentimentos. As meninas não empregarão jogos manipulativos de sedução em que, por meio do choro, do beicinho e da voz (permanentemente) infantil, “conquistam” bens materiais e o “amor” dos homens.

Desta feita, confirmamos a premissa elaborada por Nye (1995, p. 103-4) de que “a existência de outras consciências é um aspecto contingente da existência humana”.

Também é oportuno considerar que os processos de subjetivação de mulheres e homens não se constituem por adjetivações e substantivações polares e estanques, por exemplo: superior-inferior; poderoso-degradada; ativo-passiva.

A categoria “essência” força a significação inseparável e a impossibilidade de transcender concretamente as fronteiras da vida subjugada pela violência psicológica.

Abordar a violência psicológica em relação ao gênero feminino requer enfocar o patriarcado, modo de organização social orientado para a dominação da mulher pelos homens. Na versão tradicional, o direito paternal é tomado como modelo da hierarquia entre os gêneros, enquanto, na visão moderna, o direito político contratual é a referência. Assim, no que se refere à crítica feminista,

“patriarcado” é um termo que designa a forma como os privilégios socialmente atribuídos aos homens significam a opressão das mulheres.